



Pesquisa-Ação

Agentes Culturais Democráticos

Módulo IV:

Economia e Financiamento da Cultura

Luana Vilutis



Módulo IV:

Economia e Financiamento da Cultura

Módulo IV:

Economia e Financiamento da Cultura

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 2024



O presente trabalho foi realizado com apoio do Fundo Nacional da Cultura do Ministério da Cultura - Brasil - Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

V763 Vilutis, Luana.
Economia e financiamento da cultura / Luana Vilutis. - Salvador: UFBA; UFRB, 2024.
56 p. : il.

Esta obra faz parte do Projeto Pesquisa-Ação: Agentes Culturais Democráticos.

1. Cultura. 2. Economia - Cultura e meios de cultura. 3. Cultura - Finanças. 4. Economia social. I. Universidade Federal da Bahia. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDU: 008

Elaborada por Marcos A. N. Ferreira
CRB-5: BA-001758/O

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra: Margareth Menezes

Secretaria de Formação, Livro e Leitura

Secretário: Fabiano Piúba

Secretaria dos Comitês de Cultura

Secretária: Roberta Cristina Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira

Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC

Diretor: Luís Augusto Vasconcelos da Silva

Vice-diretor: Milton Júlio de Carvalho Filho

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)

Coordenadora Geral: Sophia Cardoso Rocha

Vice Coordenadora: Lourivânia Soares Santos

Superintendência de Educação a Distância

Superintendente: Márcia Tereza Rebouças Rangel

Equipe de desenvolvimento do Projeto

Coordenador Geral:

Antônio Albino Rubim

Vice-Coordenadora: Sophia Cardoso Rocha

Pesquisadores

Adriano de Oliveira Sampaio

Angela Maria Menezes de Andrade

Antônio Albino Rubim

Gisele Marchiori Nussbaumer

Giuliana D´El Rei Sá Kauark

Guilherme Rosa Varella

José Roberto Severino

Lourivânia Santos Soares

Luana Vilutis

Mariella Pitombo Vieira

Meran Muniz da Costa Vargens

Ohana Boy Oliveira

Sophia Cardoso Rocha

Orientadores de Pesquisa no AVA

Cora Santana

Nícia Riccio

Auxiliares de Pesquisa

Amanda Azevedo Sousa

Antonio Teófilo de Almeida

Beatriz Abreu Gomes

Bianca Kaizer de Oliveira

Breno Domingos de Oliveira

Camila de Oliveira Almeida

Caroline Dumas Oliveira

Ivalda Kimberlly Santos Portela

Jaqueline Souza

João Caetano Brandão Andrade

José Rayone Lima Borges

Kênia Natividade Santos Silva

Márdel Pereira dos Santos

Marina Vlacic Morais

Nathalia Oliveira Leal

Noédosn Conceição Santos

Nubia dos Reis Pinto

Pérola Cavalcante Dourado

Rodrigo Araujo dos Santos

Tássia Camile de Matos Barbosa

Thainá Silva de Oliveira

Thiago Carvalho de Sousa Correia

Tiago Leonardo Alves Muniz

Vanessa Avelar Barreto

Pesquisador Especialista em Tecnologias Educacionais:

Haenz Gutierrez Quintana

Pesquisador Especialista em Design Instrucional:

Lanara Guimarães de Souza

Pesquisador Especialista em AVA:

José Renato Gomes de Oliveira

Comunicação: Fernanda Pimenta

Secretaria Administrativa:

Lisandra Alcântara

Apoio Administrativo:

Delmira Nunes

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais - CTE-SEAD

Coordenação

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico e Capa

Haenz Gutierrez Quintana

Danilo Barros

Foto de capa: Rawpixel

Supervisão:

Haenz Gutierrez Quintana

Danilo Barros

Editoração / Ilustração:

Ana Carla Sousa; Anatríz Souza;

Gabriela Cardoso; Matheus Morais;

Thalles Purificação; Tamara Noel

Revisão:

Flavia Goulart M. Garcia Rosa

Sumário

SOBRE O AUTOR, 11

APRESENTAÇÃO, 13

INTRODUÇÃO, 15

UNIDADE I

DEMOCRACIA ECONÔMICA DA CULTURA, 21

1.1 Economia da Cultura, 21

1.2 Economia Criativa, 24

UNIDADE II

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ECONOMIA PLURA, 29

2.1 Atores da Economia Solidária, 30

2.2 Economia Solidária da Cultura e Diversidade Cultural, 34

UNIDADE III

AS DÍVIDAS HISTÓRICAS DO FINANCIAMENTO À CULTURA NO BRASIL, 39

3.1 Instrumentos de Financiamento Público à Cultura, 41

3.2 Finanças solidárias, 48

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO ECONÔMICA DOS PLANOS DE AÇÃO CULTURAL, 55

REFERÊNCIAS, 58

Sobre o Autor

Luana Vilutis é socióloga e educadora, trabalha com formação e pesquisa em estudos intersetoriais de cultura. Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Pesquisa os alcances e limites de políticas públicas de cultura na promoção da diversidade cultural brasileira e da sustentabilidade de organizações da sociedade civil. Integra a equipe da UFBA no Consórcio Universitário Cultura Viva. Realiza assessoramento técnico de organizações sociais, gestores e conselheiros de políticas públicas para o planejamento e a avaliação de políticas públicas, com ênfase em diversidade cultural, economia solidária da cultura e desenvolvimento territorial. Nesta pesquisa-ação tem interesse em refletir sobre a dimensão econômica das ações culturais dos agentes e seus possíveis instrumentos de financiamento.

Endereço para acessar o Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7439968093857406>



Imagem: Mural de memórias – ponta do Sol Portuga, Flickr

Apresentação



A proposta desta atividade é estimular a reflexão acerca da relação entre cultura e economia na promoção da diversidade cultural de grupos e comunidades em uma perspectiva democrática. Para tanto, apresentamos uma visão panorâmica de três noções: Economia da Cultura, Economia Solidária e Financiamento à Cultura.

Partimos de uma concepção plural da economia da cultura, na qual os valores mobilizados pelos bens e serviços culturais não são apenas financeiros, mas simbólicos e sociais. Procuraremos compreender como a economia da cultura se configurou ao longo da história e abordaremos o papel da economia solidária no desenvolvimento de uma outra cultura de organização social da produção cultural. A abordagem do financiamento da cultura no Brasil aqui apresentada contempla a exposição de alguns mecanismos públicos de financiamento e de instrumentos de finanças solidárias mobilizadas pela sociedade civil. Discutimos alcances, limites e possibilidades do financiamento à cultura para a democratização do acesso à cultura no Brasil e, ao final, partilharemos algumas considerações sobre a dimensão econômica dos Planos de Ação Cultural.

Neste material você encontrará indicações de filmes, série e leituras para complementar a reflexão proposta, além de vir acompanhado de três videoaulas que procuram expor os principais conceitos aqui trabalhados.

Este Módulo é um convite para refletir em que medida e sob quais premissas práticas econômicas e ações culturais podem contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e para o aprofundamento da democracia.

Bons estudos!



Imagem: Festa Popular, Flickr

Introdução

Temos como pano de fundo do assunto aqui proposto o contexto de internacionalização e financeirização da economia vivida na atualidade e o aumento das desigualdades que decorre desse processo. A partir de uma mudança estrutural nos processos econômicos, a economia passou a se tornar mais virtual e menos física, vemos isso no cotidiano das grandes cidades quando o uso de dinheiro em espécie diminuiu consideravelmente e o aumento do uso de redes sociais, aplicativos e plataformas é expressivo. O mesmo acontece em uma escala global, a economia do planeta passou a ser regida por acionistas de grandes corporações que juntas possuem recursos maiores do que os Estados. Por financeirização compreendemos um predomínio das finanças nas economias, um sistema desregulamentado, regido por especulações e concentrado em poucos grupos econômicos. Essa ampla participação do setor financeiro nas economias aumenta as desigualdades e impacta a sociedade como um todo, ao desregular o trabalho, desmantelar políticas sociais, suprimir o controle social e limitar a democracia.



Saiba mais!

Como dica para ampliar a visão de contexto brevemente apresentada aqui, recomendamos assistir ao documentário brasileiro *Dedo na Ferida*, de Silvio Tandler. Ele discute o sistema financeiro internacional, especialmente o capital especulativo e o poder do sistema bancário, com depoimentos brilhantes e imagens de arquivo expressivas. É uma ótima obra para situar o pano de fundo do conteúdo trabalhado neste Módulo: <https://dowbor.org/2018/08/silvio-tandler-dedo-na-ferida-2018-1h30.html>

Um exemplo expressivo do contexto desigual e extrativista dos tempos atuais são as grandes empresas de tecnologia e inovação, as gigantes tecnológicas, conhecidas por Big Techs. As maiores empresas de tecnologia que dominam o cenário mundial de produção de informações são apenas cinco: Apple, Alphabet (Google), Amazon, Microsoft e Meta. Além de obterem lucros recordes e acumularem poder e influência sem precedentes, elas controlam as políticas comerciais da publicidade digital e coletam dados e informações de cidadãos, empresas e governos. Os dados pessoais e comportamentais extraídos e apropriados pelas Big Techs são transformados em mercadorias e passam a ser negociados para diversos fins, como o desenvolvimento

de inteligência artificial (IA), muitas vezes sem conhecimento de seus proprietários. Essa infraestrutura de extração de dados funciona sem transparência, em mercados assimétricos, desiguais e sem regulação estatal. Ao operar em escala global, esses grandes grupos econômicos concentram capital, poder político e mercado em poucas empresas configurando uma nova etapa da acumulação mundializada do capitalismo.

Figura 1. Inteligência artificial

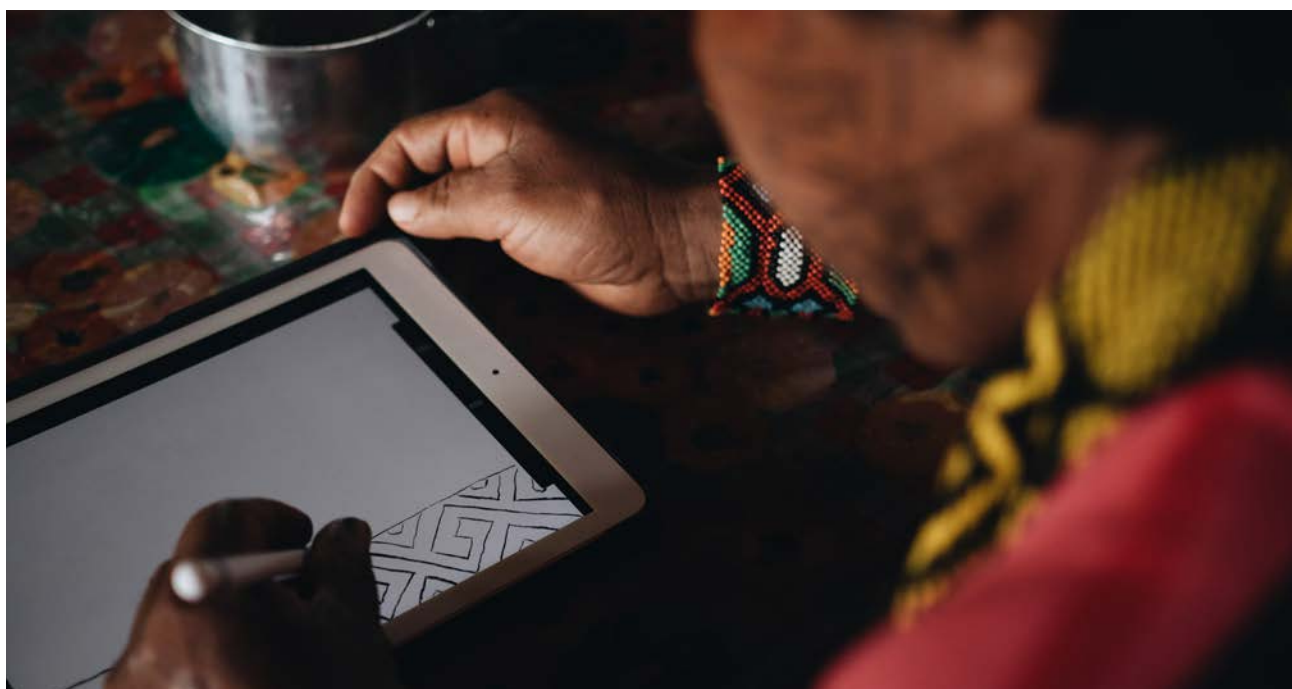


FONTE: Rawpixel.com

E o que isso tem a ver com a temática deste Módulo? Essa problemática global tem impactos diretos na dinâmica nacional e também na escala local uma vez que interferem diretamente na democracia e na segurança de pessoas e grupos. Talvez você esteja se perguntando como esse impacto e interferência acontecem concretamente nos territórios e comunidades, uma vez que as redes sociais e a internet contribuem para o compartilhamento de conhecimento e tradições culturais de forma ampla, o que também favorece a preservação do patrimônio cultural e essas ferramentas e plataformas de tecnologia permitem a mobilização social, o acesso a recursos educacionais e, em muitos casos, até a venda *on-line* de produtores de bens, serviços e conteúdos diversos diretamente aos consumidores. Realmente, o uso dessas ferramentas oferece benefícios e é por isso que frequentemente nos fidelizamos a elas. Contudo, o outro lado dessa moeda é perverso e tem riscos, como por exemplo a invasão de privacidade de

comunidades populares, tradicionais e originárias por meio da coleta de dados operada pelas Big Techs, especialmente quando realizada sem consentimento ou transparência. A exploração comercial de dados pode levar a uma utilização indevida e irresponsável de informações culturais, desrespeitando os direitos e a propriedade intelectual das comunidades.

Figura 2. O chamado para inclusão digital dos povos pelos povos



FONTE: foto by Guilherme Meneghelli, 01.2019

Somamos a isso o risco da redução de autonomia das comunidades diante da crescente dependência tecnológica às plataformas controladas por grandes corporações. Caso essas empresas decidam alterar seus serviços ou políticas, isso pode impactar negativamente as comunidades que dependem delas para comunicação e comércio. Essas inseguranças denotam riscos à democracia e à soberania cultural.

Não podemos esquecer que as tecnologias digitais não são neutras e o seu desenvolvimento é realizado por grupos hegemônicos. A predominância nas plataformas de conteúdo e valores culturais ocidentais e predominantemente da branquitude colonial, reforçam estigmas e discriminações, ameaçam a diversidade cultural e criam o que é conhecido hoje por racismo algorítmico, uma versão atualizada do racismo estrutural neste contexto em que nossas vidas, informações e comportamentos são convertidos em dados e, estes, em mercadorias vendidas para empresas. As transformações culturais em curso acentuam polaridades na sociedade que tem se tornado cada vez mais intolerante às diversidades culturais.

Vemos isso acontecer especialmente junto às juventudes que hoje encontram-se cada vez mais desterritorializadas e conectadas a um universo simbólico distante de suas raízes culturais. Esse imaginário sociotécnico favorece a reprodução de lógicas de poder, discriminação e opressão existentes na sociedade. É claro que isso não é uma regra e existem ações de resistência e ressignificação desse contexto.



Saiba mais!

No terreiro Ilê Axé Oxum Karê de matriz africana nação nagô, liderado por Mãe Beth de Oxum, em Olinda/Pernambuco, existe um laboratório de inovação cidadã junto ao Ponto de Cultura Coco de Umbigada. No LabCoco, a juventude negra e periférica participa de formações em *software* livre e desenvolve os Contos de Ifá, games roteirizados a partir da mitologia afro-brasileira e afro-indígena. Além de preservar e difundir os saberes tradicionais e ancestrais, esta é uma ferramenta de combate ao preconceito, ao racismo e à intolerância religiosa. Conheça essa experiência: <https://contosdeifa.wordpress.com/>

Figura 3. Contos de Ifá.



FONTE: Portal Flores no Ar

É diante desses riscos e iniciativas que fica evidente o papel do Estado em promover o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, assegurar a proteção de dados e a privacidade das comunidades populares, tradicionais e originárias, além de incentivar sua autonomia tecnológica e fomentar a igualdade de oportunidades.

Figura 4. 5º Festival de Verão



FONTE: Rafael Vilela/FdE



Imagem: Nota de mil cruzeiros com temática indígena, Flickr

Unidade I

Democracia Econômica da Cultura

Quando nos propusemos a abordar a economia da cultura em uma perspectiva democrática, foi sobre as formas de gestão e organização social que quisemos voltar nossa atenção, bem como os valores e as representações culturais de cada contexto social que influenciam, impactam e muitas vezes determinam índices econômicos como o preço dos bens e serviços culturais. A economia da cultura envolve criação, produção, distribuição, circulação, difusão, consumo e fruição de bens e serviços culturais, mas sem perder de vista o projeto de sociedade que se quer alcançar, os sujeitos que fazem parte dele e como é feita sua gestão. Diante disso, em uma perspectiva democrática, a economia da cultura não se refere apenas às condições materiais da vida, mas considera as pessoas do território, suas formas de viver e se organizar, as comunidades envolvidas na ação cultural, seus mecanismos de gestão e o diálogo da cultura com outras áreas, como a educação e a tecnologia, por exemplo.

1.1 Economia da Cultura

A economia é uma ciência social dedicada ao estudo das maneiras pelas quais as pessoas definem suas necessidades e como a sociedade se organiza para alcançar o bem-estar individual e coletivo. Além da produção e consumo de bens e serviços, a economia abrange uma dimensão qualitativa que inclui aspectos como bem-estar, autoestima, possibilidade de escolha, afirmação de identidades e diversidade cultural.

Um exemplo disso é a economia da cultura, um ramo que examina os impactos econômicos do setor cultural e reconhece o valor simbólico e imaterial dos bens e serviços culturais. A economia da cultura revela como ações culturais contribuem para o desenvolvimento cultural da sociedade. Ao analisar uma ação cultural na perspectiva da economia

da cultura, interessa não apenas os índices econômicos, mas também os impactos das atividades culturais no bem-estar socioeconômico da comunidade em que essa ação cultural está inserida, os valores promovidos por ela na sociedade, as parcerias mobilizadas e a gestão dos recursos.

Essa abordagem ampliada da economia da cultura é resultado de um longo processo de diálogo, disputas e construções. Embora a relação entre cultura e economia seja frequentemente discutida a partir do surgimento de um mercado cultural na Europa dos séculos 18 e 19, essa conexão começou bem antes. É sabido que já na Grécia Antiga, os poetas e as artes do teatro desempenhavam papéis centrais na vida cultural e social.

Figura 5. Teatro grego



FONTE: PxHere

Temos outro exemplo na Inglaterra do século 16, onde as casas de espetáculo de Londres atraíram mais de 50 milhões de visitantes entre 1560 e 1642 (Franco, 2009). Vemos com isso que mesmo sem um mercado cultural formal nessa época, a vida cultural era vibrante, combinando entretenimento, sociabilidade, informação e trocas

econômicas. À medida que a cultura se libertava das imposições da Igreja e do Estado, desenvolveu uma relação crescente com o público consumidor. Assim, o mercado cultural começou a mediar e organizar a produção de bens simbólicos e culturais.

Até meados do século 20, a economia no campo cultural era limitada à “alta cultura” — música clássica, literatura, belas artes, teatro, dança e ópera. Esses investimentos, geralmente provenientes de mecenato público e privado, não incluíam as culturas populares, que eram marginalizadas por preconceitos elitistas e desprovidas de valor mercantil.

Nesse período, os avanços tecnológicos e a revolução industrial transformaram a produção cultural. A reprodução técnica de textos, imagens e sons deu origem a novas formas culturais, como a fotografia e o cinema. A aplicação da tecnologia industrial à produção de bens culturais resultou em produção em massa e reprodução em série, mercantilizando a cultura e proliferando as indústrias culturais. Isso culminou em uma cultura midiaticizada a partir de meados do século 20, em que a economia da cultura se consolidou, finalmente reconhecendo as culturas populares e a produção cultural não mercantil.

Figura 6. Tempos Modernos



FONTE: Flickr

Desde a segunda metade do século 20, a importância econômica da cultura tem crescido, impulsionada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As plataformas digitais revolucionaram a produção cultural, criando novos segmentos como jogos eletrônicos e *softwares*. A digitalização e a expansão das TICs estão diretamente ligadas ao surgimento da economia criativa, que integra a produção cultural no mundo digital. Originalmente conhecidas como indústrias criativas, essas atividades incluem design, moda, *software*, publicidade e arquitetura. A economia criativa destaca-se por valorizar funções utilitárias dos bens culturais, ao contrário das tradicionais indústrias culturais.

1.2 Economia Criativa

Foi na década de 1990 que a maioria das políticas para as indústrias criativas se desenvolveu e ganhou relevância em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, dentre outros, que buscavam competitividade em um mercado globalizado para se reposicionar economicamente. Um exemplo do impacto da economia criativa nos índices econômicos é a economia do *copyright* dos Estados Unidos. Essa indústria inclui setores como audiovisual, música, editorial e *software*, e em 2021 representou 12,52% do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano, gerando mais de US\$ 2,91 trilhões (International Intellectual Property Alliance, 2022). A inclusão de *softwares* nas indústrias criativas visou fortalecer a propriedade intelectual e impactar significativamente o PIB.

No Brasil, a economia criativa entrou na agenda pública no final dos anos 2000. Em 2012, a Secretaria de Economia Criativa foi criada no Ministério da Cultura (MinC), seguindo marcos internacionais como os da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), nos quais o setor do patrimônio também é incorporado ao elenco das economias criativas. O Plano da Secretária Nacional de Economia Criativa (Brasil, 2011) expressou um esforço de não restringir a economia criativa brasileira à concepção de propriedade intelectual ao formular ações públicas na intersecção entre sustentabilidade, diversidade cultural, inovação e inclusão social. Contudo, o retrocesso que as políticas culturais federais enfrentaram entre 2016 e 2022 também impactou a economia criativa e resultou em um abandono dessa concepção revelando a falta de consenso em torno das definições e escopo do conceito.

A amplitude das atividades criativas no Brasil abrange desde o artesanato até as indústrias culturais e de games. A priorização dos setores criativos varia conforme o interesse político de cada governo.

O que elas têm em comum é sua organização em nichos de mercado, a geração de empregos e o impacto econômico no PIB. Segundo estudo do Itaú Cultural (2023), os setores culturais e criativos são responsáveis por 3,11% das riquezas geradas pelo Brasil em 2020, o que representa cerca de R\$ 280 bilhões, mais de 130 mil empresas formalizadas e 7,5 milhões de pessoas empregadas.



Saiba mais!

Para obter um panorama econômico dos setores culturais e criativos brasileiros recomendamos o acesso ao Painel de Dados realizado pelo Observatório Itaú Cultural e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com informações sobre o mercado de trabalho e empreendimentos; gastos públicos com cultura; indicadores socioeconômicos e comércio internacional de produtos, o Painel de Dados mensura e monitora a participação da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas (ECIC) no PIB nacional: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/>

Figura 7. Técnico de Som da Fábrica de Cultura



FONTE: Flickr

Mas nem só de PIB vive a Economia da Cultura. Apesar da relevância do comércio internacional de produtos culturais, do aumento de empresas formalizadas nas indústrias criativas e da geração de empregos no setor cultural, sabemos que a Economia da Cultura vai além disso. Grande parte dessa produção e circulação ocorre na informalidade, sem registro nos relatórios estatísticos e indicadores da economia da cultura. A ausência de informações sobre os setores culturais e criativos que operam informalmente é uma das principais lacunas existentes desde o início da Economia da Cultura no Brasil que seguem vigentes e precisam ser consideradas na análise de dados.

Além dos índices financeiros, a economia da cultura também engloba valores simbólicos de grande relevância. Isso inclui a criação de vínculos sociais, laços de pertencimento, construção de identidades, fortalecimento da participação e controle social, educação e sociabilidade que os bens e serviços culturais proporcionam ao serem trocados e circulados. Mensurar esses aspectos intangíveis da economia da cultura é fundamental para uma compreensão completa desse campo.

É crucial observar como a oferta e demanda de bens culturais se constroem em diversos contextos, especialmente aqueles que não seguem a organização industrial e a lógica de mercado centralizado e propriedade privada. Não podemos reduzir o processo criativo a meras mercadorias de consumo, nem instrumentalizá-lo para finalidades utilitárias, sem diminuir sua relevância econômica.

A economia da cultura envolve experiências intangíveis em seus diversos elos, dificultando sua mensuração exclusivamente financeira. Frequentemente, os setores do sistema produtivo cultural estão integrados em redes que mobilizam ciclos de criação, produção, distribuição, comercialização, consumo, crédito, formação, memória e gestão de bens, serviços, práticas e saberes culturais. Cada elo desse sistema movimenta a economia da cultura.

É também necessário considerar que a produção cultural reúne sujeitos e redes baseados em identidades territoriais, muitas

vezes organizados em sistemas produtivos com lógicas próprias, sustentados por relações solidárias e cooperativas, que nem sempre são mensuráveis em estudos econômicos nacionais. É nesse contexto que se insere a economia solidária, que abordaremos a seguir.





Imagem: Compre de quem faz. Feira de artesanato da Praça Luiz Viana, Jequié/BA, Luana Vilutis.

Unidade II

Economia Solidária Como Economia Plural

A economia solidária é um movimento social que existe há mais de 200 anos e abrange práticas econômicas, sociais, políticas e culturais de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo baseadas na solidariedade, cooperação e autogestão. No Brasil, a economia solidária ganhou força a partir da década de 1990, diferenciando-se da lógica capitalista. Essa organização promove um equilíbrio ao protagonismo do capital, imprimindo um caráter redistributivo e equitativo nas atividades econômicas ao priorizar o trabalho, as relações humanas equitativas e a preservação das diferentes formas de vida. Na economia solidária, as relações de confiança, reciprocidade e solidariedade fortalecem o convívio interpessoal e estimulam a articulação de ações coletivas em redes.

A solidariedade, na economia solidária, não é a caridade tradicional, que opera em bases hierárquicas e assimétricas. Em vez disso, busca promover a ação coletiva para a transformação social. Esta forma de solidariedade se desloca para a esfera pública e do comum, daquilo que é compartilhado livremente, e tem como pano de fundo a disputa pela ampliação de direitos e o combate às desigualdades na promoção do desenvolvimento humano. A solidariedade própria dessa forma de organização econômica da vida se expressa nas relações associativas e nas lógicas de proximidade.

A cooperação na economia solidária baseia-se em interesses e objetivos comuns, com união de esforços e capacidades dos associados. Independentemente da forma institucional — empreendimento econômico solidário, associação ou cooperativa —, os princípios de gestão cooperativa prevalecem, com propriedade

coletiva dos bens e partilha de resultados entre todos. A autogestão envolve a participação democrática dos associados nas decisões do empreendimento, desde processos de trabalho até questões estratégicas e cotidianas. A governança e cargos de coordenação são compartilhados democraticamente, mantendo o protagonismo dos associados mesmo com a contratação de serviços externos de capacitação, assistência técnica e assessoria gerencial.

Figura 8. Economia Solidária



FONTE: Flickr

2.1 Atores da Economia Solidária

Os atores da economia solidária são diversos, vamos conhecê-los:

- Os **empreendimentos econômicos solidários** atuam na produção de bens e serviços e reúnem uma ampla diversidade de organizações, como associações, cooperativas, clubes de trocas, empresas autogestionárias, bancos comunitários de desenvolvimento, agências de turismo comunitário, fábricas recuperadas, fundos rotativos, grupos de consumo responsável, associação de catadores, grupos de compras solidárias, dentre outros. Vemos que os tipos de atividades

e os setores da economia solidária são muito variados ao reunir empreendimentos de agricultura familiar, coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, artesanato, produção têxtil e confecções, produção industrial diversa, de fogões a metalurgia e mineração, dentre outros. Os empreendimentos econômicos e solidários estão organizados em redes regionais e nacionais, a Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e a Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) são exemplos expressivos dessa atuação articulada nacionalmente.

- As **entidades de fomento e assessoria** desenvolvem ações de apoio, pesquisa, assessoramento, estudo e formação sobre economia solidária, são constituídas por universidades e organizações da sociedade civil bem como estão organizadas em redes, como é o caso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) e a Rede Unitrabalho. Além de gerar e difundir conhecimento, essas entidades atuam na organização de empreendimentos econômicos e solidários, fomentando a geração de trabalho e renda nos territórios.

Figura 9. Paul Singer



FONTE: Flickr

- No poder público, temos **gestores com representação federal, estadual e municipal** que atuam no fomento e desenvolvimento da economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) é um exemplo disso, ela foi liderada historicamente pelo Professor Paul Singer, grande referência na economia solidária, e atualmente está conduzida por Gilberto Carvalho, gestor com extensa trajetória na promoção da participação social e no fortalecimento da democracia. Além da Senaes, existe a [Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária](#) com representação estadual e municipal. A Rede atua na proposição articulada de políticas públicas de economia solidária e desenvolvimento local, assim como promove formação, intercâmbio, sistematização e parcerias para fortalecimento da economia solidária.
- As **redes de cooperação** são peças chaves para a mobilização política e articulação social da economia solidária. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um exemplo dessa articulação nacional, com representatividade em fóruns estaduais e municipais. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) é um colegiado criado em 2003 vinculado à Senaes e hoje tem como pautas principais organizar a quarta conferência nacional de economia solidária, criar um marco regulatório da economia solidária e implementar o Plano Nacional de Economia Solidária.

Figura 10. Bordado nós somos o mundo



FONTE: Freeimages



Saiba mais!

Para conhecer mais sobre economia solidária, reunimos três materiais complementares: uma série, um livro e um caderno pedagógico.

Planeta Solidário é uma série para televisão sobre economia solidária com 13 episódios temáticos de 26 minutos: Finanças Solidárias, Cultura, Turismo de Base Comunitária, Empresas Recuperadas, Agroindústria são apenas alguns dos temas. Cada episódio apresenta experiências, empreendimentos, atores e estratégias de gestão relevantes ao campo da economia solidária. A série está disponível na [Maricá Filmes](https://www.maricafilmes.com.br), uma plataforma pública e gratuita de *streaming* de filmes e séries. É só se cadastrar e fazer login na plataforma e procurar por Planeta Solidário: <https://www.maricafilmes.com.br>

O livro **Introdução à Economia Solidária** de Paul Singer é uma boa leitura para quem quer conhecer mais sobre o tema, ter uma visão panorâmica de seus fundamentos, histórico, atores e perspectivas: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>

Para conhecer um material pedagógico de estudo e formação em Economia Solidária, recomendamos a leitura do **Caderno Pedagógico Educandas e Educandos do ProJovem Campo – Saberes da Terra**: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192

Figura 11. Produção cultural na economia solidária



FONTE: Flickr

2.2 Economia Solidária da Cultura e Diversidade Cultural

A economia solidária tem uma relação intrínseca com a cultura desde seu surgimento, caracterizando-se por diversas formas de organização e práticas colaborativas. Essa relação manifesta-se de duas maneiras principais. Primeiramente, a economia solidária cria uma cultura própria de organização do trabalho cooperativo e autogestionário. Por exemplo, em comunidades rurais do Brasil, cooperativas de agricultores se organizam para cultivar e vender produtos de forma conjunta, promovendo valores de solidariedade e reciprocidade. Esses agricultores compartilham equipamentos, conhecimento e dividem as sobras igualmente, reforçando um senso de igualdade de direitos e cooperação. Se um deles fica doente, há um esforço coletivo para que ele possa se recuperar e a produção continuar acontecendo. A transformação cultural promovida por essas iniciativas é experimentada cotidianamente na forma de organização do trabalho, na tomada de decisões, no respeito mútuo, no exercício democrático de gestão, no cuidado socioambiental etc.

Em segundo lugar, a relação entre cultura e economia solidária é evidente em setores produtivos e de serviços culturais. Temos experiências diversas de grupos artísticos e empreendimentos culturais que atuam na produção e circulação de bens e serviços culturais. Um grupo de teatro cooperativo que se organiza de forma autogestionária para criar, produzir e circular peças teatrais voltadas às questões sociais locais é um exemplo. Esse grupo não só promove a diversidade cultural de seu território, mas também pratica a democracia econômica e autonomia comunitária. Eles utilizam uma combinação de vendas de ingressos, apoio de editais públicos e doações para sustentar suas atividades, em um exemplo evidente da economia plural mobilizada pela economia solidária da cultura.

O artesanato é outro setor emblemático, com cooperativas de artesãos em várias partes do Brasil, reunidos para produzir e vender seus trabalhos. Esses artesãos trabalham juntos em espaços compartilhados, participam de feiras e eventos culturais, e muitas vezes utilizam materiais reciclados, promovendo a

sustentabilidade ambiental. A economia solidária também se manifesta em outras áreas culturais, como na produção audiovisual, em que coletivos organizados em empresas produzem filmes de maneira colaborativa, compartilhando recursos de editais com remuneração decidida coletivamente e reinvestimento de sobras no próprio empreendimento. Na música, coletivos organizam festivais comunitários, promovendo artistas locais e utilizando espaços públicos cedidos pela comunidade. Esses são apenas alguns exemplos possíveis de manifestações da economia solidária da cultura.

Figura 12. Grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro



FONTE: Flickr

Você faz parte de alguma iniciativa como essas ou conhece uma experiência semelhante em seu território e comunidade? Talvez esses grupos não se afirmem como empreendimentos de economia solidária da cultura por desconhecerem como esse movimento funciona ou por escolha própria, mas suas características são muito próximas.

Vemos que todas essas experiências têm em comum algumas motivações semelhantes, como o desenvolvimento comunitário de capacidades locais; o reconhecimento e a promoção de potencialidades do território; a atuação profissional em uma atividade artística ou cultural que valorize a vocação pessoal ou o desejo criativo de seus associados; o trabalho em um empreendimento no qual todos sejam donos; a geração de renda a partir de um empreendimento associativo autogestionário, dentre outras.

A economia solidária da cultura reúne um conjunto diverso de iniciativas culturais coletivas orientadas pelos princípios da economia solidária que incentivam a diversidade cultural, se orientam pela democracia econômica, praticam a autonomia comunitária e promovem o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade de suas comunidades e empreendimentos nos diversos setores culturais e segmentos artísticos.

A economia solidária funciona com base em diferentes tipos de trocas econômicas: mercantis, de reciprocidade e não mercantis (ou redistributivas). As trocas mercantis envolvem a venda de produtos e serviços no mercado, como é o caso da bilheteria de apresentações artísticas, da prestação de serviços culturais ou venda de produtos artísticos. A lógica de reciprocidade inclui ações solidárias como doações, trocas diretas, contribuições voluntárias, vaquinhas e compartilhamento de recursos que muitas vezes não envolvem dinheiro. A lógica não mercantil ou redistributiva é baseada em financiamentos públicos ou privados, como editais, subsídios e auxílios financeiros.

A mobilização de diferentes fontes de recursos é uma característica da economia solidária e uma chave importante para compreendermos sua intersecção com a cultura. A pluralidade de lógicas econômicas articuladas para manutenção de ações culturais é prática recorrente de muitos grupos e empreendimentos no campo da cultura. Combinar recursos de bilheteria (lógica mercantil), com editais públicos (lógica não mercantil ou redistributiva) e iniciativas de ajuda mútua (lógica reciprocitária), como cessão de espaços, trabalho voluntário

e permutas são saídas encontradas muitas vezes para garantir a sustentabilidade de artistas e grupos culturais. Confiar apenas em editais públicos é arriscado, como a história recente das políticas culturais demonstrou. Diversificar as fontes de financiamento é uma estratégia crucial para garantir a continuidade dessas iniciativas.

O que define uma prática ou empreendimento como parte da economia solidária não é o setor em que ela atua, como acontece na economia criativa, mas sim o caráter democrático de sua gestão e a centralidade da coletividade nas decisões. Iniciativas culturais e projetos de economia criativa que partilhem os valores da economia solidária, promovam o desenvolvimento territorial e sustentável, valorizem o saber local, e fomentem a justiça social e a preservação ambiental, estão profundamente alinhados com os princípios da economia solidária.



Imagem: Festival de Parintins, Wikimedia.

Unidade III

As Dívidas Históricas do Financiamento à Cultura no Brasil

Nesta última parte do Módulo, propomos uma reflexão sobre o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil no financiamento à cultura, problematizando aspectos essenciais da democratização do fomento público a ações culturais. Abordaremos as diferenças entre financiamento e fomento à cultura e apresentaremos brevemente os dois principais mecanismos de fomento à cultura: os fundos de cultura e o incentivo fiscal, conhecendo seus alcances e limites. Ao final, passaremos por algumas lições apreendidas de experiências de finanças solidárias que podem inspirar as ações culturais previstas nesta pesquisa-ação.

Como ponto de partida é fundamental compreender o que é financiamento à cultura e no que ele se difere do fomento à cultura. Como o próprio nome diz, financiamento à cultura envolve recursos financeiros que são concedidos para projetos e ações culturais. Já o fomento à cultura refere-se ao apoio e incentivo ao desenvolvimento cultural de uma forma mais ampla e diversificada e nem sempre envolve o repasse de recursos financeiros. São exemplos de fomento à cultura os editais voltados à formação de agentes culturais, à capacitação de artistas e gestores, cessão de espaços e equipamentos para a realização de atividades culturais, bem como parcerias diversas, para a divulgação de eventos culturais, facilitação de infraestrutura etc. Ações de fomento que envolvem recursos financeiros são editais e concursos voltados ao incentivo à produção cultural.

Enquanto a finalidade do financiamento à cultura é suprir uma necessidade financeira para a realização de atividades culturais específicas, o fomento à cultura, por sua vez, tem como objetivo promover a criação, produção, preservação e difusão de manifestações culturais. A criação de leis e políticas que favorecem o desenvolvimento cultural sem necessariamente fornecer recursos financeiros diretos são iniciativas de fomento. Dessa forma, enquanto todos os instrumentos de financiamento à cultura envolvem recursos financeiros, o fomento à cultura é mais amplo e pode incluir formas não financeiras de apoio à cultura.

Figura 13. Meu dinheiro



FONTE: Freeimages

No Módulo anterior, *Políticas Culturais no Brasil: história e atualidade*, foi possível conhecer os principais desafios da institucionalização da política cultural no Brasil e vimos que a diversificação dos mecanismos de financiamento à cultura é ainda uma conquista a ser alcançada. Podemos afirmar sem medo de errar que o sistema de financiamento à cultura no Brasil possui um caráter profundamente antidemocrático e concentrado, devido ao histórico predomínio das leis de incentivo à cultura e à excessiva burocratização dos instrumentos de fomento que reforçam as desigualdades históricas no país. Os avanços institucionais obtidos recentemente com a implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) e a aprovação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura revelam a atualidade dessa problemática, bem como a importância da participação social na democratização do financiamento à cultura.

A história do financiamento público à cultura no Brasil é marcada por um predomínio da conhecida lógica de “balcão”, em que a política cultural é regida por troca de favores e atendimento à necessidades e interesses particulares. Dessa forma, a política cultural fica restrita a barganhas e projetos com baixa relevância social e nenhum envolvimento direto das comunidades e grupos culturais dos territórios onde essa ação cultural

é financiada. Apesar de hoje existirem diversos mecanismos federais de financiamento à cultura, lamentavelmente essa realidade concentrada em lógicas clientelistas ainda é vivenciada em muitos municípios, o que fragiliza o aprofundamento democrático do fomento à cultura e à diversidade cultural no país.

Figura 14. Aristocracia



FONTE: : Flickr

3.1 Instrumentos de Financiamento Público à Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) recomenda que as unidades federativas criem seus sistemas de financiamento à cultura combinando instrumentos diferentes, como por exemplo o incentivo fiscal e o fomento direto via fundo de cultura. Essa combinação dinamiza o apoio cultural, contribui para a pluralidade cultural e a democracia ao permitir uma ampliação e diversificação do acesso aos recursos públicos. Além de modificar suas modalidades de financiamento, para corresponder à variedade de formatos institucionais e às especificidades de expressões culturais e artísticas, o sistema de financiamento precisa manter princípios democráticos de acesso e distribuição, garantindo equidade de oportunidades e processos transparentes, além de possuir caráter republicano e considerar as diferentes responsabilidades dos entes envolvidos, igualmente da participação da sociedade civil.

Há diferentes formas de financiar a cultura direta ou indiretamente e vamos conhecer alguns desses instrumentos. Como subsídios diretos, temos os editais para projetos e ações culturais, os prêmios e as bolsas concedidos a artistas, grupos culturais, mestras e mestres de conhecimentos tradicionais, dentre outros. Os patrocínios também são mecanismos diretos de financiamento, por meio dos quais as empresas ou indivíduos investem diretamente em projetos culturais, como filmes, peças de teatro, exposições artísticas, dentre outras.

Figura 15. Vivadança



FONTE: Flickr

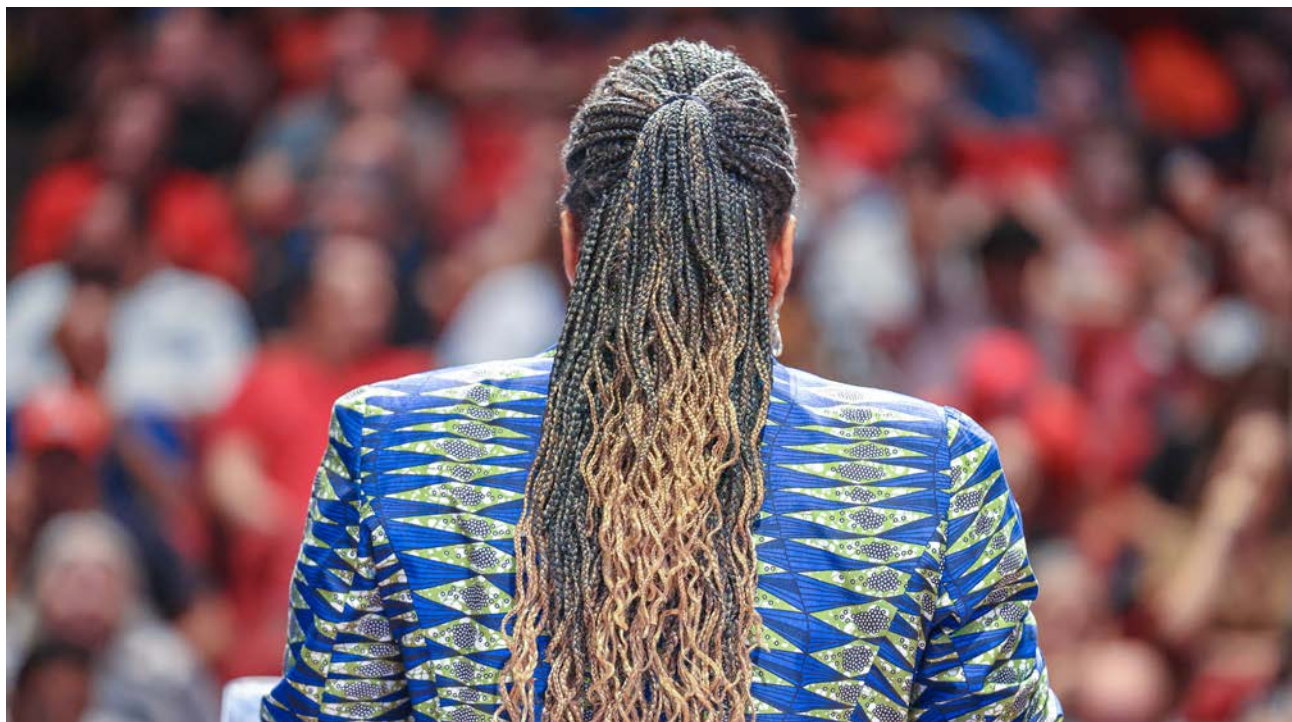
Mas temos também o financiamento indireto à cultura que ocorre por meio de incentivo fiscal, mecanismo que permite empresas e pessoas físicas destinarem parte de seus impostos para financiar projetos culturais aprovados previamente em comissão específica de avaliação, podendo deduzir do Imposto de Renda uma parte ou 100% do valor investido. Os recursos não são oferecidos diretamente pelo Estado, mas ele concede o incentivo fiscal para terceiros fazerem o investimento cultural que, no caso brasileiro, em sua maioria são empresas.

A isenção de impostos também é um mecanismo de financiamento indireto e vemos isso acontecer muito frequentemente em setores diversos da indústria brasileira, como no setor automobilístico bem

como no agronegócio, os quais além de descontos e deduções, contam com linhas de crédito subsidiado e isenção de impostos. O setor cultural no Brasil não dispõe de isenção fiscal total, apenas dedução. Na Lei Rouanet, por exemplo, empresas e pessoas físicas podem deduzir uma parte do Imposto de Renda devido ao investir em projetos culturais aprovados, os limites estabelecidos são de 4% para empresas e 6% para pessoas físicas.

Os fundos de cultura são financiamentos diretos que operam principalmente por meio de editais públicos. Eles recebem recursos de diversas fontes, incluindo impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e dotações orçamentárias específicas no orçamento do poder público. A transferência de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fundos estaduais e municipais é uma necessidade crucial para fortalecer as políticas culturais e começou a ser efetuada mais amplamente pelas leis emergenciais destinadas ao setor cultural como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, agora com a Política Nacional de Fomento à Cultura (PNAB) e com a aprovação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura espera-se que sua operacionalização ganhe fluidez e agilidade.

Figura 16. Ministra Margareth na sanção do Marco Regulatório



FONTE: Fotospublicas.com

Destacamos no quadro a seguir um conjunto de instrumentos normativos instituídos nos esforços de democratização das políticas de fomento cultural no Brasil e de consolidação de políticas estruturantes visando assegurar os direitos culturais.

Tabela 1. Legislação Federal de Financiamento à Cultura no Brasil

Legislação Federal de Financiamento à Cultura no Brasil		
Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet	Lei nº 8.313/1991	Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.
Lei do Audiovisual	Lei nº 8.685/1993	Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.
Lei Cultura Viva	Lei nº 13.018/2014	Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.
Lei Aldir Blanc	Lei nº 14.017/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Lei Paulo Gustavo	<u>Lei nº 195/2022</u>	Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).
Lei Aldir Blanc 2 - PNAB	<u>Lei nº 14.399/2022</u>	Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
Decreto dos mecanismos de fomento	<u>Decreto nº 11453/2023</u>	Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.
Projeto de Lei do Marco Regulatório do Fomento à Cultura	<u>PL nº 3.905/2021</u>	Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O modelo federal de financiamento à cultura no Brasil apresenta uma disparidade significativa entre o volume de recursos do incentivo fiscal e dos fundos de cultura. Os recursos captados pela Lei Rouanet chegam a ser 70 a 80 vezes maiores que os do FNC. A concentração territorial também é assustadora e revela o déficit democrático do fomento à cultura no país. No âmbito estadual, poucas unidades federativas priorizam os fundos de cultura, com exceção de estados como Bahia, Pernambuco, Goiás e o Distrito Federal, que possuem histórico de fundos mais robustos do que os montantes mobilizados pelo incentivo fiscal.

Os fundos de cultura são uma forma de financiamento mais abrangentes que o incentivo fiscal e visam promover a diversidade cultural, a integração da cultura com outras áreas, o desenvolvimento cultural e a participação social. Além disso, destacam-se em relação ao incentivo fiscal pela transparência e descentralização territorial no fomento à cultura. Mesmo sendo considerado uma ferramenta mais adequada e democrática para realizar o financiamento à cultura no Brasil, não significa que inexistem adequações necessárias nesse tipo de instrumento. Além dos já mencionados, é importante destacar a relevância de editais de ações culturais que reconheçam o público diverso da cultura e das artes, como também valorize o corpo técnico de profissionais e agentes culturais envolvidos na execução dos projetos. A previsão de comissões de seleção territoriais e com avaliadores qualificados nas áreas dos projetos é outro aspecto de profunda relevância para a democratização desses instrumentos e processos seletivos.

Mesmo tendo os editais públicos como o principal mecanismo de fomento, não podemos esquecer que muitos fundos também custeiam despesas de órgãos públicos de cultura e financiam programas institucionais. Um problema frequente é que, apesar de regulamentados por lei, alguns fundos de cultura foram desativados devido a instabilidades políticas e cortes orçamentários. Isso mostra que, embora os fundos representem um avanço na democratização do acesso à cultura no Brasil, ainda precisam ser consolidados e fortalecidos. A exigência de contrapartida de 20% às instituições que acessam o Fundo Nacional de Cultura (FNC) é uma prática comum também nos fundos estaduais, o que reforça o desequilíbrio em comparação com as leis de incentivo que chegam a financiar 100% dos projetos.

A concentração regional de recursos e o baixo reconhecimento da importância do investimento público em cultura dificultam a distribuição equitativa do acesso à cultura. Além disso, a falta de capacitação para acessar recursos públicos e a ausência de sistemas de informação transparentes são desafios significativos. Melhorar esses aspectos é essencial para avançar nas políticas de financiamento e fomento à cultura no Brasil.

Figura 18. Participação cultural



FONTE: Caroline Ferraz/Sul21.com.br



Saiba mais!

Para obter dados sobre financiamento e fomento à cultura nas cinco regiões do país, recomendamos a leitura da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da UFBA em parceria com o MinC que analisou o funcionamento dos mecanismos de incentivo fiscal e fundos de cultura nos Estados e Distrito Federal. A pesquisa está disponível aqui: [Volume 1](#) e [Volume 2](#).

3.2 Finanças solidárias

A política de Cultura Viva, desde sua criação enquanto Programa em 2004, destacou-se por ser uma política de fomento democrática ao apoiar instituições para o desenvolvimento de suas ações culturais territoriais, permitindo a utilização dos recursos de acordo com a prioridade da instituição. A proximidade da Cultura Viva com a diversidade cultural e a economia solidária no fomento aos pontos de cultura também merece destaque. A economia solidária integrou um dos pilares do programa, e a primeira TEIA – Encontro Nacional de Pontos de Cultura – foi realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esse evento reuniu empreendimentos econômicos solidários de todo o Brasil, utilizando uma moeda social e promovendo oficinas e debates sobre economia solidária e cultura.

Figura 19. I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura



FONTE: Fabio Correa

Em 2010, os pontos de cultura organizaram a I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura em Osasco/SP, reafirmando a importância da produção cultural solidária como uma escolha política da Cultura Viva. Em 2012, o programa Cultura Viva premiou 12 pontos de cultura e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos na área de economia solidária.

Em 2015, outro edital do MinC, em parceria com a Senaes, apoiou redes de pontos de cultura em iniciativas de economia solidária. As ações afirmativas previstas nos editais da Cultura Viva também são exemplos de democratização do acesso à cultura que são referência na promoção da diversidade cultural.

As políticas de fomento à dimensão econômica da cultura devem considerar a lógica da cultura popular, que muitas vezes é invisibilizada por não ser economicamente viável nos moldes tradicionais. Contudo, o valor econômico de uma produção cultural não rentável reside na sua utilidade social e na sustentação dos laços comunitários. As políticas públicas devem fomentar essas práticas culturais, especialmente quando garantem a sobrevivência de culturas locais, territoriais e comunitárias.

Figura 20. Cultura Viva



FONTE: Flickr

A experiência da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) revela que, para promover o desenvolvimento cultural de um território, é preciso ir além de eventos isolados e editais pontuais. É necessário implementar ações públicas continuadas, estruturantes, afirmativas,

inclusivas e diversas que incentivem a democracia cultural e a interação de diversas expressões artísticas e manifestações culturais. Além disso, é crucial integrar a cultura com outras áreas da gestão pública, promovendo ações intersetoriais que fortaleçam a transversalidade e intersetorialidade da cultura.

Mas sabemos que o financiamento à cultura não é apenas público, do Estado, e outras organizações também financiam a cultura em formatos diferentes, desde instituições empresariais que desenvolvem ações de responsabilidade social e possuem fundos de apoio a projetos culturais, até instituições de cooperação internacional e iniciativas da sociedade civil. A economia solidária oferece um conjunto diversificado de ferramentas e mecanismos de finanças solidárias que propõem outras formas de pensar e praticar as relações financeiras diferentemente do que é convencional, ou seja, os bancos e suas linhas de crédito com taxas abusivas. As finanças solidárias incluem produtos e serviços financeiros e pedagógicos voltados para o fomento, crescimento e consolidação dos empreendimentos econômicos solidários. Entre as principais iniciativas estão clubes de trocas, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito, bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais. Essas ferramentas são essenciais para mobilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento da economia solidária.

O histórico das finanças solidárias no Brasil começou na década de 1990 com iniciativas de microcrédito, a articulação de fundos de apoio a pequenos projetos e a criação do Banco Palmas, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento do país. Na primeira década dos anos 2000, esses instrumentos se diversificaram e se articularam em rede, fortalecendo sua institucionalização. Foi criado o Sistema de Finanças Solidárias e a Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Os **fundos rotativos solidários** são mecanismos de autofinanciamento e poupança comunitária, organizados por associações e grupos informais. Eles visam melhorar a qualidade de vida individual e coletiva em um território por meio da gestão comunitária de recursos.

As formas de devolução dos recursos são flexíveis, adaptadas ao contexto e à pessoa que solicitou o crédito, podendo ser feitas em produtos ou dinheiro.

Figura 20. Feira de trocas de sementes



FONTE: Flickr

Os **clubes de trocas** organizam a troca de produtos, serviços e saberes sem envolver dinheiro, promovendo a partilha de vida comunitária. São ferramentas que permitem a troca de habilidades entre seus membros, como aulas de música por serviços de jardinagem, o que fortalece os laços comunitários e aumenta o potencial econômico das pessoas envolvidas.

As **cooperativas de crédito solidário** democratizam o acesso ao crédito, promovendo a solidariedade e autogestão, especialmente frequente na agricultura familiar. Elas permitem que agricultores familiares, por exemplo, tenham acesso ao crédito necessário para reinvestir na produção, garantindo o reinvestimento da poupança de seus sócios nos próprios territórios.

Figura 21. Banco Palmas



FONTE: Wikimedia

Os **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)** oferecem serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda. Eles promovem o desenvolvimento de territórios de baixa renda, reorganizam suas economias e fomentam redes locais de produção e consumo responsáveis. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários hoje conta com mais de uma centena de BCDs.

As **moedas sociais** são moedas complementares e locais, lastreadas no Real e geridas pela comunidade. Elas facilitam as trocas dentro de uma comunidade, promovendo a economia local. Um exemplo é a moeda social “Palma”, usada no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, que facilita a troca de bens e serviços entre os moradores, fortalecendo a economia local e a solidariedade comunitária.

Figura 22. Moeda Palmas



FONTE: Wikimedia

O que essas ferramentas de finanças solidárias possuem em comum é serem participativas, todas elas contam com mecanismos de gestão comunitária, ou seja, quem decide a respeito do financiamento, como taxas, prazos, finalidade etc. são as próprias pessoas que precisam dele. Essas iniciativas mostram que as finanças solidárias não só oferecem alternativas ao sistema financeiro tradicional, mas também promovem a inclusão financeira, a solidariedade e a autogestão comunitária. Elas são fundamentais para a sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, possibilitando o desenvolvimento de práticas culturais, sociais e econômicas que valorizam a cooperação e o bem-estar coletivo.

Além disso, a integração de diferentes formas de financiamento e a diversificação das fontes de recursos são estratégias essenciais

para garantir a continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas, evitando a dependência exclusiva de editais públicos e enfrentando as instabilidades políticas e econômicas.

Figura 23. Representação de Show



FONTE: PxHere

Considerações Sobre a Dimensão Econômica dos Planos de Ação Cultural

No que diz respeito às linhas temáticas do Plano de Ação Cultural, este Módulo apresenta uma relação mais direta e evidente com as *alternativas de financiamento da cultura*, mas é possível traçar um diálogo com todas as linhas temáticas propostas no Projeto Pesquisa-Ação. Vimos aqui que, ao falarmos em Economia da Cultura, também nos referimos à dimensão do *consumo cultural*, da *circulação e distribuição culturais*, bem como da *comunicação e difusão cultural*. Apresentamos *proposições de políticas culturais e ações inovadoras no campo da cultura* que renovam mecanismos de fomento à cultura, promovendo sua democratização, como a Política Nacional de Cultura Viva, por exemplo. Dentre os *instrumentos de gestão pública* existentes no SNC, mantivemos nossa atenção nos fundos de cultura e seus principais instrumentos, os editais, reforçando a importância de prever *mecanismos e instâncias de participação político-cultural* na definição do escopo desses instrumentos e em sua seleção. De alguma maneira, a *cooperação* e o *planejamento para o desenvolvimento local/territorial* foram tratados em sua relação com o potencial da economia solidária da cultura. Certamente seria possível traçar conexões com as demais linhas temáticas, mesmo que indiretamente.

A viabilidade econômica do Plano de Ação Cultural é aspecto fundamental; para que ele possa ser implementado, é necessário ter uma previsão orçamentária exequível e um estudo de instrumentos de financiamento adequadas à proposta. Contudo, como vimos neste Módulo, a dimensão econômica de uma ação cultural não se esgota em sua viabilidade econômica e é imprescindível abordar sua utilidade social, dimensionar os laços comunitários sustentados a partir dessa iniciativa como parte do seu lastro. Outro aspecto importante de ser previsto e tem relação com a dimensão econômica da ação cultural, diz respeito aos seus mecanismos de gestão, à governança criada para garantir a condução democrática da ação cultural.

A construção plural da economia solidária da cultura que expusemos aqui pode servir de inspiração para projetar a dimensão econômica do Plano de Ação Cultural. Ao prever a mobilização de recursos é importante identificar possibilidade e potencialidades nas três lógicas mencionadas:

mercantil, não mercantil e reciprocitária. Seguramente em alguma delas já seja possível ter um ponto de partida em termos de recursos, para depois prosseguir em busca de sua ampliação e diversificação.

Um aspecto que favorece a atuação dos agentes enquanto mediadores diz respeito à fluidez e à mobilidade de sua atuação social e política, porque transitam entre diferentes setores e conhecem o fazer cultural sob diferentes perspectivas. Há agentes que são gestores públicos, mas já foram produtores; há pesquisadores que também são artistas, professores e gestores etc. Uma das grandes contribuições dessa característica plural dos agentes é que vocês têm conhecimento de vários momentos do fazer cultural, transitam em diferentes áreas e não apenas na cultura, além de conhecerem muito bem os territórios em que estão integrados.

Mesmo não havendo uma especialização profissional específica para os agentes culturais democráticos, é recorrente sua atuação na mediação, articulação, dinamização e difusão da cultura. A apropriação crítica e propositiva do contexto social do agente cultural reforça a dimensão cidadã da ação cultural e o seu papel enquanto agente de transformação social.

Figura 24. Pagu Ponto de Cultura CIM



FONTE: Flickr

Referências

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto. Financiamento cultural no Brasil contemporâneo. In: IPEA. *Direito e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7523/1/td_2280.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

BARON, Lia; CARNEIRO, Juliana (org.). *Viver de cultura*. Niterói: Prefeitura de Niterói, 2023. Disponível em: https://labacuff.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/08/viverdecultura_2023.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações - 2011-2014*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego; OSASCO, Prefeitura Municipal; REDE de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. *I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura*. Osasco/SP, 24 e 25 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Caderno Pedagógico Educandas e Educandos do ProJovem Campo*. Saberes da Terra. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192. Acesso em: 14 jun. 2024.

FRANCO, Gustavo. *Shakespeare e a economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ITAÚ CULTURAL. *Produto Interno Bruto da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas (ECIC)*. Painel de dados. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

INTERNATIONAL INTELLECTUAL PROPERTY ALLIANCE-IIPA. *Copyright Industries in the US Economy: The 2022 Report*. Washington, USA, 2022. Disponível em: <https://www.iipa.org/files/uploads/2022/12/IIPA-Report-2022-Interactive-12-12-2022-1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PAIVA, Carlos. O terreno fértil do novo decreto de fomento à cultura. *Nexo*, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2023/04/10/O-terreno-f%C3%A9rtil-do-novo-decreto-de-fomento-%C3%A0-cultura?position-home=1>. Acesso em: 22 maio 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta. *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal*. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: [financiamento-fomento-cultura-Brasil-cult26-RI.pdf](#). Acesso em: 13 jun. 2024.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta. *Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras*. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: [FinanciamentoeFomentoàCulturaNasRegiõesBrasileiras EDUFBA.pdf](#). Acesso em: 13 jun. 2024.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>

VILUTIS, Luana. *Economia Viva: Cultura e Economia Solidária no trabalho em rede dos Pontos de Cultura*. Tese (doutorado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30703/1/Tese_LuanaVilutis_UFBA.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.



Pesquisa-Ação

Agentes Culturais
Democráticos



**Fundo
Nacional
da Cultura**
Lei Rouanet



CULT
CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES
EM CULTURA



Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos • UFBA | 10 Anos



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



Universidade
Federal da Bahia

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO